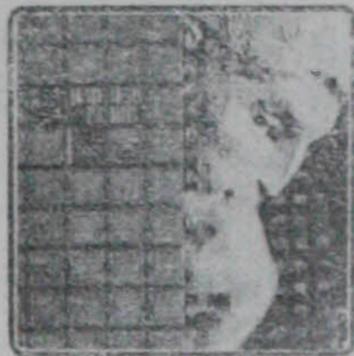


Modernização industrial



As notícias impressionam. Portugal vai receber milhões, várias centenas de milhões de contos para promover a sua industrialização. O dinheiro é necessário, indispensável, se se quiser acabar com o obsoletismo do nosso magro parque industrial. E o dinheiro está a chegar. Com ele chegarão outras preocupações, diferentes objectivos, distintas linguagens e, quiçá, novos actores.

As fases de criatividade são sempre ricas em entusiasmo. A mutação de um estado amorfo para um estado polarizado de acção suscita os ânimos mais nobres para realizar obra, pelo menos em quem dispõe de potencialidades próprias. Particularmente situados num dos polos de formação potencial, representado por uma escola superior de engenharia, sentimos com enorme clareza como as novas gerações dispõem de capacidades instrumentais para inovar e acompanhar as andanças das inovações tecnológicas. Mas isso requer estruturas societais adequadas.

As organizações representam os mecanismos de actividade dos profissionais. São as configurações organizativas que executam as funções introduzidas pelos técnicos (mesmo da política) nos sistemas societais. Se as pessoas bem formadas (competentes e activas) se exigem no bom funcionamento das empresas, também estas requerem meios adaptados aos tempos reais. Daí a imposição de investimentos em equipamentos versáteis e eficientes, que permitam executar múltiplas tarefas com boa flexibilidade e produtividade aceitável.

Os objectivos da produção industrial devem ser vistos no quadro da evolução tecnológica actual. Produzir o quê e para quem, quando e quanto, a que custo e com que proveito? Em nosso entender, as respostas a tão inquietantes questões resultam da definição a alto nível de uma certa hierarquia de prioridades, a partir de princípios verdadeiramente nacionais (em confronto com o espaço de inserção, principalmente a Europa e a África de fala portuguesa) e sobretudo numa perspectiva de rendibilidade a curto e médio prazo. Esta definição de critérios mostra-se imperativa e urgente.

Não admira, portanto, que as forças sociais se movimentem para ocupar posições (as melhores posições) no quadro institucional, a fim de exercer influências sectoriais na distribuição do fruto apetecido, que dá pelo nome de PEDIP. Não se esqueçam os responsáveis, porém, que a oportunidade deve ser aproveitada para realizar obra, de facto. O esvaziamento da acção em projectos estéreis, cândidos e utópicos ou terra-a-terra e arcaicos, seria uma perda grave. O equilíbrio do bom senso, recorde-se, atinge-se por intuição e profunda reflexão.

Estamos muito para além das perdas políticas, que estas interessam particularmente aos governantes, mas seria intensa a mágoa moral sentida pelas perdas substanciais. Ter passado toda a vida activa a lutar pela implantação de novos sistemas produtivos, numa persistente e messiânica actualização científica e tecnológica, e veri-

ficar afinal o esvanecimento das melhores possibilidades em desperdício — seria terrífico a nível individual. Mas a frustração teria dimensões nacionais, pois atingiria intimamente todos os portugueses de trabalho árduo e reconhecidamente mal compensado.

É neste contexto que se requer ponderação. A arrancada da moderna industrialização do País, que tem de ser feita, não se deve limitar às opiniões dos especialistas operacionais nos quadros institucionais da Indústria. O problema tem uma dimensão mais vasta, já que, a bem dizer, nele está em jogo o que de mais essencial se inclui na sobrevivência e, por conseguinte, na independência nacional. Assim, a escolha dos actores que vão desempenhar o seu papel no palco do PEDIP manifesta-se essencial.

Se é certo que os industriais devem exprimir as suas motivações, em projectos de inovação e crescimento, congregando contribuições pluri-facetadas de técnicos de marketing, engenheiros, economistas ou outros, não será menos correcto reforçar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico na produção industrial. Daí a condição necessária de inserir no processo, sem timidez nem desnecessárias honorabilidades, sinais de concretização efectiva da interacção Universidade-Indústria. É aí que se fecunda o futuro. E o futuro exige inovação pelas novas tecnologias.